


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0005418-74.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Rodrigo Alves de Oliveira Troiano propõe ação de indenização por danos materiais contra Gisele de Cassia Botelho Alves. Alega o autor que em 12/05/2017 transitava pela via com sua motocicleta quando colidiu com o veículo da requerida, que efetuava manobra em marcha ré para sair de sua garagem. Atingiu a traseira esquerda do veículo e sofreu danos materiais correspondentes à avaria na motocicleta (R\$ 2.448,00) e às despesas com tratamento médico (R\$ 202,84), totalizando até o momento R\$2.893,15. Requer seja julgada procedente a ação para condenar a requerida a indenizá-lo por danos materiais no valor de R\$2.893,15, corrigidos monetariamente.

A requerida contesta (fls. 35/44), dizendo que o acidente ocorreu por culpa exclusiva do autor, que conduzia sua motocicleta com imprudência e negligência, sem a atenção necessária e que inclusive, conforme o mesmo relatou, teve sua visão ofuscada pelo sol no momento que antecedeu a batida. Aduz a requerida que no momento da colisão seu veículo já estava em marcha à

0005418-74.2017.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

frente, em paralelo e próximo ao meio fio e que o autor poderia muito bem ter mudado de faixa ou freado seu veículo, caso com prudência o conduzisse. Impugna o valor indenizatório pedido pelo autor sob fundamento deste ser exorbitante e de haver encontrado as mesmas peças por valor bem inferior. Quanto aos gastos médicos, alega que os documentos são ilegíveis e não esclarecem quais gastos o autor efetivamente teve em decorrência do acidente, e que o mesmo, por sua comodidade, resolveu utilizar-se de seu plano de saúde, devendo assumir o ônus de sua predileção, além do mais, diz que o autor deve pleitear eventuais ressarcimentos junto ao seu seguro DPVAT e não em face da requerida. Requer (a) a improcedência da ação ante a culpa exclusiva do autor, (b) na remota hipótese de condenação, que seja levado em consideração a opção de orçar os gastos de reparo com a motocicleta em oficina de sua confiança e (c) a procedência do pedido contraposto para condenar o autor no pagamento de indenização por danos materiais causados em seu veículo no valor de R\$375,00.

Proposta de conciliação rejeitada pelas partes (fls. 46).

Houve réplica (fls. 47/50).

Pedido de Assistência Judiciária Gratuita a fls. 47.

Declaração de pobreza a fls. 52.

Realizada audiência de instrução e julgamento (fls. 67/70).

É o relatório. Decido.

Demanda ajuizada objetivando a indenização por danos materiais causados pelo acidente de trânsito envolvendo o automóvel da requerida e a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

motocicleta do autor.

Sustenta o autor que colidiu sua motocicleta com o veículo da requerida por culpa exclusiva da mesma, que efetuou manobra em marcha ré sem a devida cautela.

A requerida, por sua vez, alega que no momento da colisão já havia finalizado sua manobra, com o veículo em paralelo ao meio fio, que o que ensejou a colisão foi a falta de atenção do autor e que o mesmo teve sua visão ofuscada pelo sol, que refletia forte em sua direção.

Sabe-se que o ônus da prova é daquele que propõe a demanda, conforme dispõe o artigo 373, inciso I do CPC, a prova incumbe a quem afirma e não a quem nega a existência de um fato.

Desse modo, o autor deveria ter juntado aos autos provas suficientes de suas alegações, o que não aconteceu, inclusive não houve testemunha de sua parte.

A requerida, no entanto, trouxe testemunha (fls. 69/70) que confirmou sua versão ao dizer que no momento em que viu o autor sobrevoando o carro, este último estava parado, paralelo e rente ao meio fio e que, pela posição em que estava, a requerida já havia terminado a manobra. Informa a testemunha, ainda, que a requerida não moveu seu automóvel logo após o acidente, assim a posição em que estava quando visto pela testemunha é a corresponde àquela logo após o incidente.

Analisando os documentos juntados aos autos, é possível perceber que tratava-se de uma rua com espaço suficiente para efetuar uma manobra e

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

que, de fato, se o autor estivesse atento ao trânsito ou dirigindo com prudência, poderia ter desviado do veículo da requerida, ainda mais por se tratar de uma motocicleta, veículo pequeno.

A impossibilidade de desvio e de frear em tempo de evitar a colisão indica imprudência do autor e, se realmente aconteceu de ele ter sua visão ofuscada pelo sol, era caso, então, de reduzir a velocidade e redobrar o cuidado. Não prevalece, portanto, eventual presunção de culpa daquele que efetua manobra de risco.

Assim, temos que a ação é improcedente para o autor.

Para que haja indenização, é imprescindível a existência do nexo de causalidade, todavia, quem deu causa ao acidente, neste caso, foi o próprio autor, pois a requerida, conforme depoimento da testemunha, já havia finalizado a manobra e, conforme fotografias juntadas aos autos, havia espaço suficiente para que o autor desviasse do carro, ainda que estivesse no meio da rua, conforme alega, mas não prova.

Quanto ao pedido contraposto, é procedente em parte.

Comprovado que o acidente ocorreu por culpa do autor e havendo nexo de causalidade, este fica obrigado a reparar o dano causado, até porque a requerida produziu prova quanto ao que alega, mediante testemunha que presenciou os fatos.

Todavia, o dano não corresponde à média dos dois orçamentos de fls. 43, e sim ao menor orçamento, consoante jurisprudência tranquila.

Ante o exposto, JULGO **improcedente** o pedido originário e

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

procedente em parte o contraposto para condenar o autor no pagamento de indenização no valor de R\$ 300,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde quando protocolada a contestação (vez que o menor orçamento não está datado), e juros moratórios de 1% ao mês desde a data do acidente.

Sem custas ou honorários no juizado, conforme art. 55 da Lei 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 09 de novembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA